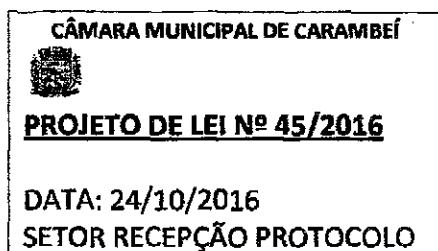


CÂMARA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ

PROJETO DE LEI Nº 45 /2016

Data: 18 de outubro de 2.016



SÚMULA: “Dispõe sobre a isenção do pagamento de IPTU e das Taxas de Serviços, Taxas pelo Exercício de Poder de Polícia e Contribuições de Melhoria, das pessoas dos contribuintes portadores de **CÂNCER** e **AIDS** no município de Carambeí e dá outras providências”.

AUTOR: Vereador Jeverson Gomes da Silva

A Câmara Municipal de Carambeí, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica isento do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), e das Taxas de Serviços, Taxas pelo Exercício de Poder de Polícia e Contribuições de Melhoria, às pessoas físicas contribuintes, proprietário de um único imóvel residencial, utilizado exclusivamente como sua residência, com renda familiar per capita de até três salários-mínimos mensais, portador das doenças graves relacionadas por esta Lei.

§1º Para efeitos desta Lei são consideradas as seguintes doenças graves:

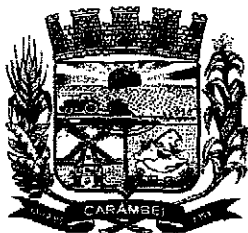
I - neoplasia maligna (câncer);

II - síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS);

§ 2º A isenção referida no caput estende-se ao proprietário de imóvel que seja cônjuge ou responsável legal ou de fato pela pessoa diagnosticada como portadora de alguma das patologias referidas no parágrafo anterior.

Art. 2º O pedido de isenção deverá ser efetuado até o dia 30 de outubro do ano corrente, para concessão do benefício a partir do exercício subsequente, devendo ser renovado de dois em dois anos, a contar da primeira solicitação.

Art. 3º - Para obter a isenção o contribuinte deverá protocolar requerimento junto à Secretaria Municipal da Tributação, acompanhado da seguinte documentação:



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ

- I - cópia da carteira de identidade ou outro documento com foto, acompanhado do original;
- II - comprovante de renda familiar *per capita* de até três salários-mínimos mensais;
- III - cópia da matrícula atualizada do imóvel do Cartório de Registro de Imóveis, ou documento de prova de posse;
- IV - cópia da capa do carnê do IPTU;
- V - atestado e/ou laudo médico comprovando a doença;
- VI - comprovação de ser o cônjuge ou responsável legal ou de fato, quando couber.

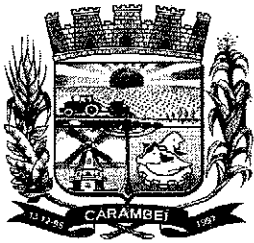
Parágrafo único. Em caso de falecimento do proprietário do imóvel, o cônjuge sobrevivente portador de alguma das patologias referidas por esta Lei deverá apresentar, também, certidão de casamento ou prova de união estável e certidão de óbito, quando ainda não possuir Formal de Partilha.

Art. 4º Caso ocorrer o óbito do portador de alguma das patologias referidas e beneficiado por esta Lei, a isenção não poderá ser renovada.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, em 24 de outubro de 2.016.

JEVERSON GOMES DA SILVA
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ

JUSTIFICATIVAS

Mesmo havendo um engajamento de toda a sociedade, do poder público e da publicidade promovida como o Outubro Rosa e o Novembro Azul, as estatísticas divulgadas pelo INCA, dão conta e informar que o Brasil terá neste ano mais de 600 mil novos casos de câncer, sendo os de próstata (61 mil) em homens e mama (58 mil) em mulheres e, assim também não é diferente com os casos de HIV, que aumentam vertiginosamente, ano após ano.

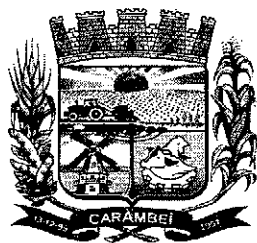
Assim, considerando o grande número de pessoas atingidas e é inegável que todos os efeitos negativos, como conseqüências físicas, emocionais e principalmente financeiras, atingem toda a família.

Desta forma, cabe aos poderes constituídos, dentro de suas competências, criar mecanismos para ao menos minimizar os malefícios destas doenças, seja com o fornecimento de medicamentos grátis, transporte, tratamento, enfim, até mesmo de forma financeira, com isenção de impostos, o que certamente será de grande alento para todas estas pessoas já tanto fragilizadas.

Desta forma é evidente a pertinência da matéria, bom como encontra respaldo legal, na medida em que existem diversas isenções desta natureza nas esferas estaduais e da União, de forma que não encontra óbice legal ou constitucional, o município de Carambeí, conceder a isenção nos termos propostos NE presente projeto de lei.

Ainda neste sentido, cumpre informar aos nobres pares, que já existe em vigor a lei 295/03, que por sua redação, confere a isenção de IPTU, para diversas situações, inclusive para portadores de deficiência mental ou invalidez permanente, não fazendo menção aos casos tratados neste projeto.

No tocante à competência legislativa, também não existe óbice para a criação de lei desta natureza, pelo Poder legislativo, pois segundo interpretação jurisprudencial do STF, esta competência legislativa é concorrente, ou seja, cabendo tanto ao poder legislativo, quando ao executivo.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ

Considerando a importância do tema, é razoável que o Poder Público crie mecanismos desta natureza, para que a população em geral, considerando as diferenças promovidas pela própria trajetória da vida, sejam encorajadas a encarar a vida e conseguirem ter um pouco mais de conforto.

Diante do exposto, peço o apoio dos meus pares na aprovação do presente projeto de lei, pois o dia de amanhã também poderemos ser uma desta vidas, clamando por uma atenção do poder público, para amenizar o seu sofrimento.

Por estas razões coloco o presente Projeto de Lei para apreciação dos demais Vereadores e espero a sua aprovação.

Gabinete da Presidência, em 24 de outubro de 2.016

JEVERSON GOMES DA SILVA

Vereador